

HABEAS CORPUS Nº 515.239 - SP (2019/0167588-5)

RELATOR : **MINISTRO ANTONIO SALDANHA PALHEIRO**
IMPETRANTE : HAROLDO TIBERTO E OUTROS
ADVOGADOS : HAROLDO TIBERTO - SP119209
JULIANO RODRIGO PAGANIN - SP265431
SINARA MONETY BRAVO DE OLIVEIRA - SP427601
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : JUNIOR DE FREITAS (PRESO)

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* com pedido liminar impetrado em favor de JUNIOR DE FREITAS apontando como autoridade coatora o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (HC n. 2082329-74.2019.8.26.0000).

Consta dos autos que o Juízo da 1ª Vara Criminal da Comarca de Assis/SP decretou a prisão preventiva do ora paciente, pela suposta prática dos crimes previstos nos arts. 2º da Lei n. 12.850/2013 e 298 do Código Penal, com base em suposta participação em organização criminosa que teria por objetivo fraudar certame público, consistente em realizar processo seletivo para ingressar no curso de medicina, além da venda de vagas e de transferência de alunos para outras faculdades.

Impetrado prévio *writ*, a ordem foi denegada (e-STJ fls. 174/179).

No presente *writ*, assevera a defesa inexistir motivação idônea para a custódia cautelar do paciente, visto que não foi apontada concretamente a presença dos requisitos contidos no art. 312 do Código de Processo Penal, aduzindo que a fundamentação foi genérica, com base na gravidade abstrata do delito.

Alega que o acusado é primário, possui bons antecedentes, trabalho lícito, residência fixa e família.

Destaca a suficiência da aplicação das medidas cautelares previstas no art. 319 do Código de Processo Penal.

Diante dessas considerações, requer, inclusive liminarmente, a revogação da prisão preventiva ou a aplicação de medidas cautelares diversas.

É, em síntese, o relatório.

A liminar em *habeas corpus*, bem como em recurso ordinário em *habeas corpus*, não possui previsão legal, tratando-se de criação jurisprudencial que visa a minorar os efeitos de eventual ilegalidade que se revele de pronto.

Em juízo de cognição sumária, não visualizo manifesta ilegalidade no ato ora impugnado a justificar o deferimento da medida de urgência.

Não obstante os fundamentos apresentados pela defesa, mostra-se imprescindível uma análise mais aprofundada dos elementos de convicção constantes dos autos, para aferir a existência de constrangimento ilegal.

Ademais, o pedido liminar confunde-se com o próprio mérito da impetração, o qual deverá ser apreciado em momento oportuno, por ocasião do julgamento definitivo deste *writ*.

Ante o exposto, **indefiro a liminar**.

Solicitem-se informações ao Juízo de primeiro grau e ao Tribunal de origem, ressaltando-se que esta Corte Superior deverá ser informada de qualquer alteração no quadro fático atinente ao tema objeto deste expediente.

Requeira-se, ainda, senha para acesso aos andamentos processuais constantes do respectivo portal eletrônico, tendo em vista a restrição determinada pela Resolução n. 121 do Conselho Nacional de Justiça.

Após, encaminhem-se os autos ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 11 de junho de 2019.

Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO
Relator